O Legado Pós-Estruturalista: Jacques Derrida

Lorena de Carvalho Penalva¹

Rodrigo Vieira Ávila de Agrela²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo a análise de trechos de obras referências de Jacques Derrida, propondo entrelaçamentos: *Mal de Arquivo* (2001), *Margens da Filosofia* (1991) e *Farmácia de Platão* (2005). Iremos trabalhar com os conceitos de difer(a)ença, de *pharmakón* e com a crítica de Derrida sobre o arquivo e o próprio processo de arquivamento. O pensamento derridiano é uma tentativa de abalar o pensamento metafísico ocidental que se apoiou, quase sempre, em torno de relações binárias para estabelecer hierarquias. A organização desse pensamento tradicional está pautada sempre em criar dicotomias – bom/ruim, verdade/mentira – com o intuito de estabelecer verdades únicas, que acabam por dificultar a disseminação de “ideias venenos” e de diálogos com fantasmas. Derrida propõe um pensamento pautado no traço, no suplemento, na diferença, no *pharmakon*, que nos levam a refletir todo processo de significação a partir dos deslocamentos dos centros e de verdades.

PALAVRAS-CHAVE: Différance, Pharmákon, mal de arquivo.

ABSTRACT: The present article aims to analyze excerpts from reference works of Jacques Derrida, proposing intertwined thoughts: *Archive Fever* (2001), *Margins of Philosophy* (1991) and *Plato's Pharmacy* (2005). We will work with the concepts of *difference*, of *pharmakón* and with Derrida's critique about archive and the archiving process. The Derrida's thought is an attempt to undermine the occidental metaphysical thought that was based almost always around binary relations to establish hierarchies. The organization of this traditional thought is always based on creating dichotomies aiming to establish unique truths that end up complicate the dissemination of "ideas poisons" and dialogues with ghosts. Derrida proposes a thought guided by the trace, the supplement, the difference, the *pharmakón*, which leads us to reflect the entire process of signification from the displacement of centers and truths.

KEY-WORDS: Différance, Pharmákon, archive fever.

“É certo que a vida se protege pela repetição, o traço, a diferencia. Mas é preciso ter cuidado com esta formulação: não há vida primeiro presente que viria em seguida a proteger-se, a

¹ Mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e-mail: lorena_penalva@hotmail.com.

² Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e-mail: rodrigoavilaa@gmail.com.

adiar-se, a reservar-se na diferencia. Esta constitui a essência da vida. Melhor: não sendo a diferencia uma essência, não sendo nada, não é a vida se o ser for determinado com ousia, presença, essência/existência, substância ou sujeito. É preciso pensar a vida como traço antes de determinar o ser como presença. É a única condição para poder dizer que a vida é a morte, que a repetição e o para além do princípio de prazer são originários e congênitos àquilo mesmo que transgridem". (Derrida, 1995, p.188)

Pensar na vida é pensar na morte. Pensar em Deus é pensar no diabo. É preciso pensar a vida como traço antes de determinar o ser como presença, eis aí o processo de significação a partir do jogo de diferenciação. De maneira bastante subjetiva é o que propõe a epígrafe deste artigo, retirada do livro *A escritura e a diferença* (1995), de Jacques Derrida, que está em sintonia com a proposta geral deste artigo, que pauta-se em perceber entrelaçamentos entre trechos de alguns livros do francês Jacques Derrida, entre eles, *Mal de Arquivo* (2001), "A diferença" (texto retirado do livro *Margens da Filosofia*, de 1991) e *Farmácia de Platão* (2005).

Recomeçamos. A diferença é o que faz com que o movimento da significação não seja possível a não ser que cada elemento dito "presente", que aparece sobre a cena da presença, se relacione com outra coisa que não ele mesmo, guardando em si a marca do elemento passado e deixando-se já moldar pela marca da sua relação com o elemento futuro, relacionando-se o rastro menos com aquilo a que se chama presente do que àquilo a que se chama passado, e constituindo aquilo a que chamamos presente por intermédio dessa relação mesma com o que não é ele próprio: absolutamente não ele próprio, ou seja, nem mesmo um passado ou um futuro como presentes modificados. É necessário que um intervalo o separe do que não é ele para que ele seja ele mesmo, mas esse intervalo que o constitui em presente deve, no mesmo lance, dividir o presente em si mesmo, cindindo assim, como o presente, tudo o que a partir dele se pode pensar, ou seja, todo o ente na nossa língua metafísica, particularmente a substância e o sujeito. Esse intervalo constituindo-se, dividindo-se dinamicamente, é aquilo a que podemos chamar *espaçamento*, *devir-espaço* do tempo o *devir-tempo* do espaço (*temporização*). E é a esta constituição do presente, como síntese "originária" e irreduzivelmente não-simples, e portanto, stricto sensu, não originária, de marcas, de rastros de retenções e pretensões (para produzir aqui, analogicamente e provisoriamente, uma linguagem fenomenológica e

transcendental que se revelará em seguida inadequada) que eu proponho que se chame aqui arqui-escrita, arqui-rastro ou diferença. Está (é) (simultaneamente) espaçamento (e) temporização. (DERRIDA, 1991, p.45).

Esse texto, “A diferença”, contido no livro *Margens da Filosofia* (1991), trata de maneira singular das diferenças e limitações dos conceitos de difer(e)nça e de difer(a)nça. Com bastante complexidade, Derrida apresenta preferência pelo termo diferença, porque, conforme ele, esse conceito dá conta de expressar os dois sentidos do verbo diferir: tanto como de não ser idêntico, ser outro, discernível, quanto de diferir como temporização e espaçamento. Nesse último sentido, o menos usual, tem-se a noção de retardamento, de desvio que leva em conta o tempo: “para adiar a consumação e a satisfação do desejo ou da vontade” (DERRIDA, 1991, p.52). Para explicar essa noção de diferença como espaço-temporização, Derrida utiliza-se de pressupostos de Sigmund Freud, em *Para além do princípio do prazer* que sob o instinto de conservação do eu, o princípio de prazer se apaga para dar lugar ao princípio de realidade, para que posteriormente consiga o prazer prolongado. Como o próprio autor afirma, “suportar mesmo, por meio de um longo desvio (*Aufschub*) que tomamos para chegar ao prazer, um desprazer momentâneo” (DERRIDA, 1991, p. 52).

Para dar consistência a essa discussão sobre a diferença, Derrida questiona o próprio conceito de signo, apoiando-se nas noções de Saussure – que concebe o signo como diferencial e arbitrário –, colocando em evidência o jogo de presenças e ausências contidas no processo de significação. E é essa reflexão que Derrida traz à tona, pois o signo ocupa o lugar da coisa mesma, já que não podemos tocar na “coisa” presente (ente-presente) servimo-nos dos signos. Assim sendo, o signo representa “o presente na sua ausência”, o presente diferido.

Nessa acepção, o sistema da língua é organizado a partir das diferenças. O conceito de significado, para Derrida, nunca é presente em si mesmo, não é presente, nem autossuficiente, ele

<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>

Macapá, v. 6, n. 1, 1º semestre, 2016.

sempre remete para algo exterior. Por conseguinte, podemos inferir que a condição da significação não é algo pleno, independente, mas algo que só funciona a partir da relação com outros elementos. Nas palavras de Derrida, “a diferença não é mais, portanto, um conceito, mas a possibilidade da conceitualidade, do processo e dos sistemas conceituais em geral” (DERRIDA, 1991, p.42). É justamente essa reflexão que o excerto que estamos analisando faz referência, visto que a diferença faz com que o movimento da significação não esteja baseado apenas em presenças, mas sempre em relação com a coisa ausente, com outra coisa “que não ele mesmo”. Daí a importância de estudarmos os conceitos de suplemento, *phármakon*, rastro, sulcamento, traço, como sinônimos de diferença, por colocarem todos os sentidos em reserva. Tais conceitos mencionados destroem ou colocam em crise a noção de origem, presença e totalidade. Trabalham com aquilo que é e que ao mesmo tempo não é, por isso a potencialidade desses conceitos.

A grande contribuição desse pensamento da diferença foi a de quebrar com a lógica ocidental do ser como presença e a de nos fazer pensar no “eu” como um rastro, que está constantemente em jogo com outro. Dessa forma, o “Eu” que origina tudo é quebrado com a ideia de diferença, a qual vem “solicitar, no sentido em que *sollicitare* significa, em latim antigo, abalar como um todo, fazer tremer na totalidade. É a determinação do ser em presença ou em ente(i)dade que é, portanto, interrogada pelo pensamento da diferença” (DERRIDA, 1991, p.55). Para sustentar essa ideia Derrida baseia-se em grandes pensadores, entre eles Nietzsche, Freud e Heidegger, conforme ele, esses três autores puseram em questão a consciência na sua certeza segura de si. A maior contribuição de Freud foi a descoberta do inconsciente:

“uma presença a si escondida, virtual, potencial. O inconsciente difere-se, o que significa sem dúvida que ele se tece de diferenças e também que envia, que delega representantes, mandatários; mas não há nenhuma hipótese de que o delegante “exista”, seja presente, seja “ele-mesmo” em

qualquer parte e menos ainda de que ele se torne consciente”.
(DERRIDA, 1991, p. 53).

A contribuição maior de Heidegger foi a distinção entre ser e ente. Sendo que para Derrida, o intervalo entre o ser e o ente não é visível, pois, nas palavras do próprio autor,

“O esquecimento do ser faz parte da própria essência do ser, por ele velada. O esquecimento pertence tão essencialmente ao destino do ser que esse destino começa precisamente como desvelamento do presente na sua presença. Isso quer dizer: a História do ser começa pelo esquecimento do ser naquilo em que o ser recolhe a sua essência, a diferença com o ente (DERRIDA, 1991, p. 58).

No entanto, Heidegger defende a ideia de que é preciso recuperar o ser das entidades, uma vez que a ciência e a tecnologia proliferam “entes” e esquecem o ser. E, para esse autor, o ser da coisa é sempre relacional, existe a partir de uma relação infinita, daí a importância do traço, que confirma a ideia de que o processo de significação é infinito.

Abrindo um parêntese nessa discussão, mas é válido ressaltar, que o grande papel da Literatura, da poesia, em específico, seria pensar as coisas além da sua superficialidade, pois vivemos, na pós-modernidade, em um grande processo de “entificação”, em que o ser foi esquecido de vez. A poesia seria, então, a ferramenta para “desautomatizar” a percepção e renovar os nossos sentidos. Toda essa discussão remete-nos à teoria da espectralidade, trabalhada por Derrida, em *Espectros de Marx* (1994), a de pensar a possibilidade do espectro, o espectro como possibilidade. Precisamos, segundo Derrida, nos dirigir aos espíritos, que seriam nesse caso, o abismo, o inesperado e o irreconhecível, enfim, o diferente.

Derrida também se apoia em discussões de Nietzsche. Esse último autor questiona o próprio conceito de verdade como apresentação da coisa mesma na sua presença. A verdade, segundo Nietzsche, é definida na linguagem, todavia, essa é

metafórica e instável. O referido autor retoma e reflete sobre os pares de oposição na qual está construída a filosofia e dos quais vive o nosso discurso, levantando a ideia de que há uma necessidade dos termos sempre aparecerem como diferença do outro, ou seja, a cultura como natureza diferida. O que se quer ressaltar aqui são as contribuições de diversos autores que colaboraram para desenvolver o conceito da diferença. Torna-se interessante destacarmos porque o trecho que estamos analisando é de bastante “força”, de bastante complexidade, se assim podemos dizer, e necessita de uma explicação detalhada, para mostramos que esse conceito parte de uma discussão muito maior, em geral, de noções de filosofia e de psicanálise.

Para elucidar o conceito de diferença Derrida utiliza-se do termo “feixe”, não conceitua ou define a diferença, contudo, a partir de vários feixes teóricos ele dá conta de explicar o movimento, o jogo da produção da diferença, que consiste em conceber a língua como um esquema de reenvios (um signo reenvia necessariamente para outro(s) de que é diferente). Portanto, a diferença, como vemos, explode com a própria noção de tempo e espaço linear, porque explode com o “aqui” e com o “agora”. O aqui é um traço do passado que remete sempre ao futuro. Essa ideia de tempo desajustado e alinear é discutida também em *Espectros de Marx* quando Derrida discorre sobre o “agora”, que é sempre desajuntado, desencaixado, que sempre “corre o risco de nada manter junto, na firme conjunção de algum contexto, cujas bordas seriam ainda determináveis” (DERRIDA, 1994, p.20).

Outro excerto a ser discutido é o que segue adiante, de antemão já podemos anunciar que tem intrínseca relação com o conceito de difer(a)ença.

Uma vez que há o UM, há o assassinato, a ferida, o traumatismo. O UM se resguarda do outro. Protege-se contra o outro, mas no movimento desta violência ciumenta comporta em si mesmo, guardando-a, a alteridade ou a diferença de si (a diferença para consigo) que o faz Um. O “Um que difere de si

mesmo”. O Um como centro. Ao mesmo tempo, mas num mesmo tempo disjunto, o Um esquece de se lembrar a si mesmo, ele guarda e apaga o arquivo desta injustiça que ele é. Desta violência que ele faz. O Um se faz violência. Viola-se e violenta-se mas se institui também em violência. Transforma-se no que é, a própria violência – que se faz si mesmo. Autodeterminação como violência. O Um se guarda do outro para se fazer violência (porque se faz violência e com vistas a se fazer violência). Isto não se pode dizer e portanto arquivar de maneira tão econômica senão em francês (DERRIDA, 2001, p.100).

A escrita de Derrida está toda entrelaçada. Podemos dizer, metaforicamente, que funciona como fios que se unem para constituir um grande tecido. Antes de apresentar esses entrelaçamentos, gostaríamos de discorrer, de forma breve, sobre o contexto no qual foi extraído esse excerto. Nesse livro, Derrida coloca em questão o conceito de arquivo, com base em enunciados da psicanálise: conceito de inconsciente e de pulsão de morte, ambos de Freud. A psicanálise ajuda a pensar o arquivo como “tensão, contradição e aporia”. Derrida coloca em conflito o próprio conceito de arquivo a partir da etimologia da palavra *arkhê*, que designa tanto o começo quanto o comando, o que significa que tal palavra reúne ao mesmo tempo dois princípios: princípio da natureza ou da história, no qual as coisas começam; e o princípio da lei, em que se exerce autoridade, ou seja, lugar onde a ordem é dada e estabelecida.

Essa reunião de princípios na palavra *arkhê* – começo e comando - aos quais já nos referimos – implica dizer que a própria genealogia da palavra é heterogênea e oblíqua, e veremos adiante, que complica, contamina a pretensa de verdade e de sentidos únicos. Derrida quer com isso, enfatizar que o princípio “nunca é um consigo mesmo”; ao contrário, se constitui, desde sempre, na e pela diferença.

Dessa forma, os arquivos são todos mal de arquivos: dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, “recalcados”. Porque, segundo Derrida, a estrutura do arquivo é espectral, não é

nem presente nem ausente, nem visível nem invisível, é um traço remetendo sempre a um outro, logo o caráter espectral afeta o princípio arcôntico, o conceito de arquivo e o conceito em geral.

Pensar a estrutura do arquivo como espectral é pensar na “contramão” dos discursos da historiografia tradicional, por esse motivo Derrida escolhe trabalhar com Freud, uma vez que esse propõe um arquivamento diferenciado, como um contragolpe sobre a historiografia e até mesmo sobre a história da formação de um conceito. Na versão clássica, o arquivo seria um conjunto de documentos estabelecidos como positivities, com caráter de objetividade, que tinham como intuito organizar, preservar, abarcar, conter, fixar, situar o que quer que exista enquanto tal, *em si mesmo e por si mesmo*, promovendo uma violência pelo desejo de presença.

Todavia, na concepção de Derrida, o arquivo é necessariamente lacunar, descontínuo, marcado pelos esquecimentos. Então, “a constituição do arquivo implicaria necessariamente no apagamento e no esquecimento de seus traços, condição necessária para sua própria renovação” (DERRIDA, 2001, p.23-31). Nesse sentido, o conceito de arquivo se vê comprometido pela diferença, que residindo no interior de toda e qualquer afirmação, imprime a marca da cisão, da heterogeneidade, do corpo uno, homogêneo e delimitável. Em outras palavras, o que a diferença compromete é a ideia de arquivo como algo preservado, guardado, portanto, “arquivado”.

O processo de arquivamento é sempre excludente, regado de esquecimentos, encobrimentos, assim sendo, o conceito de arquivo é relacionado com a pulsão de morte, uma pulsão de agressão e de destruição. De acordo com isso, o que condiciona o arquivamento está sempre marcado pela destruição, “o arquivo trabalha sempre a priori contra si mesmo” (DERRIDA, 2001, p.23). Derrida esclarece que a pulsão de morte não é um princípio, entretanto, ameaça todo

princiado, todo desejo de arquivo, isso é o que ele chama posteriormente de mal de arquivo.

[...] pulsão tem a vocação silenciosa de queimar o arquivo e levar a amnésia, contra-dizendo assim o princípio econômico do arquivo, tendendo a arruinar o arquivo como acumulação e capitalização da memória sobre algum suporte e em um lugar exterior (DERRIDA, 2001, p.23).

Essa pulsão de destruição pode ser chamada também como pulsão de arquivo, afirma Derrida. Tem-se um desejo de arquivo, no entanto esse desejo é marcado pela finitude radical e pelo esquecimento. Logo, é um mal de arquivo por estar sempre ameaçado pela agressão ou pela destruição. A pulsão de morte, enunciada por Freud, apagaria as marcas e os traços arquivados. Derrida positiva, desse modo, essa pulsão como mal de arquivo, pois é aquela que possibilitaria tanto o *esquecimento* quanto a *renovação* do arquivo pelas novas consignações, que seriam, portanto, a condição de possibilidade de acrescentar novos arquivamentos (DERRIDA, 1995, p. 23-29). Enfim, a pulsão de morte seria denominada por Derrida como *arquiviolítica*, apagando então os traços inscritos e possibilitando que novas inscrições pudessem ser realizadas no arquivo.

Ora, esta ameaça é in-finita: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação. Digamos melhor: ela abusa. Um tal abuso abre a dimensão ético-política do problema. Não há um mal de arquivo, um limite ou um sofrimento da memória entre vários outros: implicando o infinito, o mal de arquivo toca o mal radical (DERRIDA, 1995, p.23).

Com base nesse excerto, o mal de arquivo é condicionado pelo processo da diferença, porque nos leva a pensar toda lógica do arquivamento do ponto de vista da infinidade, algo que vai além de lógicas de presença. Falar em arquivo do mal é falar, conseqüentemente, do que está ausente, no que está por-vir.

Assim, a compreensão teórica de Derrida baseia-se no princípio de disseminação, que está presente no campo do arquivo e do processo de arquivamento. O que significa dizer que o signo linguístico, voltando no que estávamos discutindo antes, é internamente dividido e divisível, marcado sempre pela fragmentação, porque ele estaria permeado pelo processo infinito do “diferir” e da produção da diferença. Nesse sentido, pensar no Um é sempre pensar no Outro, nos deslocamentos e nos deslizamentos infinitos no campo dos signos, em que a ideia de presente e presença é deslocada, dando espaço para o “por vir”. Talvez por isso, Derrida coloca o conceito de arquivo aliado ao pensamento de um futuro, de um “por vir”. Pensar no arquivo é pensar no futuro:

[...] a promessa e de uma responsabilidade para amanhã... o arquivo, se queremos saber para que isto teria querido dizer, nós só o sabemos num tempo por vir. Talvez. Não amanhã, mas num tempo por vir, daqui a pouco ou talvez nunca. (DERRIDA, 2001, p.50).

Transcrevemos para melhor exemplificar o trecho em que Derrida discorre sobre o mal de arquivo – esse desejo incessante pela origem, pelo começo absoluto. A citação é longa, mas dá conta de expressar, de maneira singular, o que estamos discutindo. Com essa transcrição não corremos o perigo de distanciar-nos do que de fato Derrida pensa:

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo...Estar com mal de arquivo, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal-de”, nenhuma febre, surgirá para aquele, que de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo (DERRIDA, 2001, p.100).

A condição para que exista o por-vir é que seja não-conhecido e que não dependa da ordem do saber, pois ele é constituído numa experiência heterogênea, distante de qualquer teorema estabilizável. Trata-se, desse modo, de um performativo cujo arquivo “não tem mais nenhuma relação com o registro do que é, da presença do que é ou terá estado atualmente presente” (DERRIDA, 2001, p. 93). Seria de muita relevância recordarmos que todo sistema (governo, universidade, etc) teme o por-vir, por esse ser, por excelência, o desconhecido e o “improgramável”, algo que foge de toda e qualquer sistematização. Eu só penso no por-vir a partir dos fantasmas (termo utilizado por Derrida, em *Espectro de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*). O fantasma é o antidogmatismo por excelência, é a diferença, algo que escapa qualquer definição.

Retomamos ao excerto do livro *Mal de Arquivo*. Nessa passagem, Derrida se distancia da abordagem de Yerushalmi (historiador do judaísmo), no que concerne a identidade judaica. Esse último quer atribuir uma característica única, ou como afirma Derrida, “o privilégio absoluto, a unicidade absoluta na experiência da promessa (o futuro) e a injunção da memória (o passado)” (DERRIDA, 2001, p.97). Ora, na concepção de Derrida e lembrando do que fala a passagem, a violência do Um, a judeidade pretendida por Yerushalmi, o Um desta identidade afirmada ou declarada por ele, é violenta com relação ao próprio judaísmo. Ele considera o judaísmo como unicidade e homogeneidade, o que para Derrida, é um pensamento impossível, pois o próprio pensamento do UM se violenta, necessariamente se constrói na relação com o Outro. Frisemos a afirmação de Derrida, quando fala do Um: “o Um que faz e se faz violência; sobre a autodeterminação como violência”. O caso de Yerushalmi é tomado aqui apenas como título de ilustração, já que esse argumento de Derrida se aplica a qualquer concepção unívoca, não somente a pretensão identitária, mas ao próprio conceito de arquivo. Esta questão da violência como um conflito

entre afirmação e negação, nos leva a pensar novamente no conceito de diferença. Devemos pensar esse conceito derridiano como uma diferencialidade que está sempre em curso, em um jogo de rastros, produzindo efeitos e não sentidos.

A diferença faz com que haja a desapareção da verdade como presença, “a não verdade é a verdade. A não presença é a presença” (DERRIDA, 2001, p.100). A diferença é a desapareção da presença originária (por isso Derrida se distancia do pensamento de Yerushalmi), é, *ao mesmo tempo* (grifo nosso), a possibilidade e a impossibilidade da verdade. Esse ao mesmo tempo significa que o ente-presente (on), na presença de sua identidade já se duplica desde sua “origem” (devido a isso, não se pode pensar numa identidade judaica única). A diferença, portanto, aparece como possibilidade de duplicação, o “Um se torna, feliz ou infelizmente, a condição do outro. E o Outro a condição do Um”. (DERRIDA, 2001, p.101).

A partir dessa argumentação, podemos assegurar que nada aparece em sua verdade enquanto tal, “naquilo que é tal como é”, “em si mesmo e por si mesmo”, essa é a lei do arquivo, em outras palavras: perde-se sempre o que se retém, isto é próprio ao arquivo. Desse modo, Derrida refuta a tradição da metafísica do Ocidente na sua “vontade de verdade”, e instala uma abertura do discurso para o vir-a-ser. Questiona as fragilidades teóricas de toda hierarquia, de isto e aquilo, do eu e do outro, ou seja, de todos os binarismos existentes, e tenta mostrar-nos que a qualquer momento o centro se desconstrói, não há centro no singular, apenas no plural.

Se considerarmos a cadeia na qual a diferença se deixa submeter, devemos necessariamente falar do *phármakon*, termo discutido em *Farmácia de Platão* (2005), o qual é inseparável de diferença, assim como rastro, suplemento, entre outros. O *phármakon* seria uma anti-substância: “o que resiste a todo filosofema, excedendo-o indefinidamente como não identidade, não essência, não substância, e fornecendo-lhe, por isso mesmo, a

inesgotável adversidade de seu fundo e de ausência de fundo” (DERRIDA, 2004, p. 14). A nossa intenção aqui, ao introduzir essa discussão sobre o *phármakon* é apresentar, mesmo que de forma breve, as suas correlações, pois esses dois movimentos (diferença e *phármakon*) apreendidos como mistura, impureza, agem como “arrombamento”, destruição e agressão (termos utilizados por Derrida) e ameaçam noções de pureza e centro. Essa palavra abriga valores contrários: remédio e veneno.

O que dando-se como remédio, pode (se) corromper em veneno, ou o que se dando como veneno pode se verificar remédio. A essência do *phármakon* é que, não tendo essência estável, nem caráter “próprio”, não é, em nenhum sentido dessa palavra (metafísico, físico, químico, alquímico), uma substância (DERRIDA, 2004, p.73).

Essa não-substância farmacêutica não se deixa manejar com segurança nem em seu ser, já que ela não existe, nem em seus efeitos, porque eles são modificados desde sempre. Há um jogo promovido pela ambivalência do *phármakon*, não apenas por destruir com a polaridade bem/mal, mas por participar nas “regiões distintas da alma e do corpo, do invisível e do visível” (DERRIDA, 2004, p.74). Essa dupla participação não mistura dois elementos previamente separados, pois ela remete ao intermediário de toda dissociação possível. Dessa forma, podemos afirmar que o *phármakon* é ambivalente por constituir o meio, o jogo, o movimento de produção de “presenças ausentes”, assim, não temos como pensar no Um sem pensar no Outro, pois eles se perpassam – alma/corpo, dentro/fora, fala/escritura, etc –. É com base nesse jogo que os opostos se constituem e se realizam. Isto posto, podemos relacionar com a diferença, pois, conforme Derrida, “o *phármakon* é o movimento, o lugar e o jogo (a produção de) a diferença. Ele é a diferença da diferença. Mantém todas as certezas em reserva” (DERRIDA, 2004, p.75). A diferença, o *pharmakón* não é nada em si mesmo, promete-se sempre ao infinito.

Diante do que foi exposto, seria relevante afirmar ainda, que o conceito de difer(a)ença e de *pharmakón*; e toda a crítica de Derrida sobre o arquivo e o próprio processo de arquivamento – que aqui foram abordadas – são tentativas de abalar o pensamento metafísico ocidental que se apoiou, muitas vezes, em torno de relações binárias para estabelecer hierarquias ou supremacia de um termo sobre outro. A organização desse pensamento tradicional está pautada sempre em separar as coisas – bom /ruim, verdade/mentira – com o intuito de estabelecer verdades únicas, que acabam por dificultar a disseminação de “ideias venenos” e de diálogos com fantasmas. Derrida, como vimos, propõe um pensamento pautado no traço, no suplemento, na diferença, no *phármakon*, que nos levam a pensar todo processo de significação a partir dos deslocamentos dos centros e de verdades; apresentam-nos a impossibilidade de uma origem ou de uma presença plena do ente.

Referências bibliográficas

- DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1995.
- _____. *A Farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa, São Paulo: Iluminuras, 2005.
- _____. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner, Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.
- _____. *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Costa, António M. Magalhães. Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- _____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego, Rio de Janeiro, RelumeDumará, 2001.

Recebido em 04/06/2016. Aprovado em 27/07/2016.